

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB

BRB convoca assembleia para discutir ações contra prejuízos

O Banco de Brasília (BRB) convocou Assembleia Geral Extraordinária para o dia 24 de agosto a fim de deliberar sobre a autorização para que a instituição adote medidas judiciais de responsabilidade civil contra ex-administradores envolvidos nas operações realizadas com o ecossistema Banco Master/REAG entre 2024 e 2025.

A convocação foi publicada na edição de ontem (03.08) do Diário Oficial do Distrito Federal e inclui, entre os possíveis alvos, o ex-presidente Paulo Henrique Costa e o ex-diretor executivo de Finanças e Controladoria, Dário Oswaldo Garcia Junior, que atuaram no período das transações investigadas.

Segundo o chamamento, os ex-gestores podem ser identificados como responsáveis pelos prejuízos suportados pelo BRB, no contexto dos fatos apurados pela Operação Compliance Zero, que investiga fraudes, má gestão e vantagens indevidas em negócios envolvendo carteiras de ativos de baixa qualidade.

A assembleia reunirá os acionistas para decidir se o banco deve ingressar com ações específicas, abrindo caminho para a responsabilização direta dos antigos administradores e para a recuperação de parte das perdas registradas no período.



Os artistas uruguaios Sabrina Lastman e Luis Bravo

É hoje: Instituto Cervantes recebe Lorca

A Embaixada da Espanha e o Instituto Cervantes apresentam nesta terça, 4 de agosto, o espetáculo gratuito “Candil: Lorca Sonoro”, homenagem à obra de Federico García Lorca, um dos maiores nomes da literatura espanhola do século XX. A apresentação reúne os artistas uruguaios Sabrina Lastman e Luis Bravo em um concerto que combina poesia, música e performance, aproximando textos em prosa e poesia do autor de canções do cancionero popular compilado por Lorca e musicadas por Lastman. O repertório inclui arranjos para duas vozes, canto, saltério e trilhas gravadas, com colaboração da compositora Juanita Fernández, criando uma experiência sensorial que dialoga com a tradição hispânica em linguagem contemporânea. Lastman é vocalista e professora de voz com formação em Israel e nos Estados Unidos, enquanto Bravo é poeta, performer e pesquisador com trajetória multimídia e apresentações em diversos países. O evento ocorre às 19h no auditório do Instituto Cervantes, com entrada gratuita.

Crédito bilionário do BRB segue travado, diz Celina

A governadora Celina Leão (PP) afirmou, no último sábado (02.08), que o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões solicitado ao Fundo Garantidor de Crédito para recuperar o BRB ainda não foi liberado porque o Banco do Brasil, responsável por liderar o consórcio, está concluindo a coleta de documentos das instituições financeiras que participarão da operação. A fala aconteceu durante a convenção regional do PP.

O acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 28 de maio e é considerado essencial para estabilizar o caixa do banco após os prejuízos acumulados nas negociações realizadas com o Banco Master entre 2024 e 2025.

Celina garantiu que não há risco de liquidação e disse que o BRB está em fase final de salvamento financeiro, atribuindo a demora ao processo técnico de validação das garantias. A governadora também criticou adversários políticos por explorar a crise e afirmou que a recuperação do banco é prioridade para preservar a previdência dos servidores e programas sociais do Distrito Federal.

Ainda influente, Roriz faria 90 anos nesta terça

O ex-governador Joaquim Roriz, que completaria 90 anos nesta terça, 4 de agosto, permanece como uma das figuras centrais da história política do Distrito Federal e segue influenciando a disputa atual pelo Palácio do Buriti. Sua trajetória começou em 1988, quando foi nomeado pelo então presidente José Sarney para comandar o DF no período em que os governadores eram indicados. Na gestão biônica, lançou políticas de remoção de invasões e assentamento de famílias em áreas planejadas, movimento que originou cidades como Samambaia e consolidou forte base eleitoral nas regiões periféricas. Com a autonomia política garantida pela Constituição de 1988, venceu a primeira eleição direta do DF em 1990 e retornou ao cargo em 1999 e 2003, somando quatro mandatos. No período, idealizou obras como o metrô, a Ponte JK e a ampliação da EPIA, além de programas sociais conhecidos como Rorizões. O sobrenome segue presente no debate público, sendo citado por postulantes ao governo que buscam associar suas campanhas ao legado de obras e políticas habitacionais construído ao longo de sua atuação.



STJ retoma julgamento presencialmente após ministro ter pedido destaque

STJ volta a julgar recurso do MPDFT no “Crime da 113 Sul”

Votos apresentados anteriormente durante a plenária virtual são anulados

Por **Isabel Dourado**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), retomou o julgamento nesta terça-feira (4), dos recursos apresentados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), contra a decisão de setembro do ano passado que anulou a condenação de Adriana Villela, condenada a 61 anos de prisão pelo assassinato dos pais e da funcionária, em 2009, no chamado “Crime da 113 Sul”.

O julgamento começou em junho, no plenário virtual da Corte, no entanto, foi interrompido após o ministro Carlos Pires Brandão ter pedido destaque.

A sessão presencial estava marcada para começar às 14h. Com a retomada, os votos que tinham sido apresentados anteriormente são anulados e devem ser proferidos novamente.

Durante o julgamento virtual, o relator do caso, ministro Sebastião Reis Júnior, votou para manter a anulação da condenação de Adriana Villela. Já o ministro Rogério Schietti Cruz votou contra o relator e pediu a execução imediata da pena privativa de liberdade.

Em 2 de setembro de 2025, ao julgar recurso da defesa, a Sexta Turma, por 3 votos a 2, anulou a condenação de

Adriana Villela e reabriu a fase de produção de provas. Por meio dos embargos de declaração, o MPDFT pede que o STJ reavalie a decisão.

No recurso apresentado, o Ministério Público aponta omissões, contradições e obscuridades no acórdão e pede que, sanados esses pontos, seja restabelecida a condenação imposta pelo Tribunal do Júri, com início imediato do cumprimento da pena.

Na avaliação do MPDFT, não há fundamento para anular toda a ação penal, especialmente porque o STJ já havia reconhecido, em julgamento anterior, a validade da decisão de pronúncia, que levou a acusada ao tribunal do júri.

O CASO

Em agosto de 2009, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) José Guilherme Villela, sua esposa, a advogada Maria Carvalho Villela, e a ajudante da família, Francisca Nascimento da Silva, foram assassinados a facadas no apartamento em que moravam, na 113 Sul, em Brasília.

Após anos de investigação, Adriana Villela, filha do casal, foi denunciada pelo MPDFT como mandante do crime. A ré sempre negou participação nos assassinatos e respondeu aos recursos em liberdade.